

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	158.946	161.062	184.658	210.725
Títulos a receber	6	757	674		106
Concessionárias	5	55.464	53.388	56.388	54.588
Impostos e contribuições sociais	8	22.866	13.652	30.583	21.643
Dividendos a receber	11	30.053	21.729		
Prêmio de risco - GSF	12	2.702	2.702	2.750	2.750
Rendas a receber	7			6.767	5.188
Outros créditos	13	436	8	5.849	5.123
Total do Ativo Circulante		271.224	253.215	286.995	300.123
Não circulante					
Títulos a receber	6	6.738	9.972		3.407
Tributos diferidos	9	75.840	88.063	75.840	88.063
Empréstimos a receber	10		64.796		64.796
Prêmio de risco - GSF	12	30.391	5.777	30.930	5.879
Outros créditos	13	1.212	1.159	2.046	2.260
		114.181	169.767	108.816	164.405
Investimentos	14	1.195.625	1.276.027		
Imobilizado	15	13	17	1.166.396	1.202.013
Intangível	16	6	31	476.840	502.505
		1.195.644	1.276.075	1.643.236	1.704.518
Total do Ativo Não circulante		1.309.825	1.445.842	1.752.052	1.868.923
TOTAL DO ATIVO		1.581.049	1.699.057	2.039.047	2.169.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receitas					
Custo da produção e do serviço de energia elétrica					
Custo do serviço de energia elétrica	25	(109.310)	(182.876)	(110.755)	(185.033)
Custo de operação		(199.248)	(152.803)	(58.762)	(53.650)
		(308.558)	(335.679)	(169.517)	(238.683)
Lucro bruto		201.011	154.296	419.543	313.987
Despesas e Receitas operacionais					
Despesas com vendas					
Despesas gerais e administrativas		(1.969)	(2.184)	(16.032)	(16.404)
Depreciações e amortizações		(28.752)	(28.767)	(29.861)	(29.160)
Outras despesas e receitas operacionais				122	(12.537)
		(30.721)	(30.951)	(45.771)	(58.101)
Resultado das participações societárias	14	85.371	50.764	23.940	26.884
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		255.661	174.109	373.772	255.886
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras		18.714	20.925	23.940	26.884
Despesas financeiras		(75.445)	(65.518)	(140.539)	(115.321)
		(56.731)	(44.593)	(116.599)	(88.437)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		198.930	129.516	257.173	167.449
Tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	(24.800)	(20.375)	(53.860)	(41.032)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(12.223)	(6.504)	(9.830)	(5.005)
		(37.023)	(26.879)	(63.690)	(46.037)
Resultado líquido antes das partes beneficiárias		161.907	102.637	193.483	121.412
Partes beneficiárias		(16.191)	(10.264)	(16.191)	(10.264)
Resultado líquido do exercício		145.716	92.373	177.292	111.148
Atribuível aos acionistas controladores	23.2			145.716	92.373
Atribuível aos acionistas não controladores				31.576	18.775
Resultado por ação atribuível aos acionistas					
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)	28				
ON		0,66812	0,42354	0,66812	0,42354
PNA		0,78759	0,49927	0,78759	0,49927
PNB		0,66812	0,42354	0,66812	0,42354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Resultado líquido do exercício					
Outros resultados abrangentes	23.4	145.716	92.373	177.292	111.148
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		(18)	98	(26)	134
Resultado abrangente do exercício		145.698	92.471	177.266	111.282
Atribuível aos acionistas controladores				145.698	92.471
Atribuível aos acionistas não controladores				31.568	18.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Geração do valor adicionado					
Receita operacional		583.319	564.230	683.212	647.205
Receita relativa à construção de ativos próprios		583.319	564.230	671.196	633.650
Outras receitas				11.804	13.350
				212	205
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(124.050)	(204.411)	(153.006)	(251.623)
Custos da energia comprada		(77.582)	(158.626)	(77.526)	(159.451)
Encargos de uso da rede elétrica		(43.370)	(42.391)	(45.028)	(43.934)
Materiais		(1)	(10)	(4.801)	(5.578)
Serviços de terceiros		(665)	(1.002)	(21.484)	(18.938)
Outros custos operacionais		(2.432)	(2.382)	(4.167)	(23.722)
Valor adicionado bruto		459.269	359.819	530.206	395.582
Retenções					
Depreciações e amortizações		(28.752)	(28.767)	(72.928)	(66.673)
Valor adicionado líquido produzido		430.517	331.052	457.278	328.909
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras		23.059	24.024	28.704	30.209
Resultado da equivalência patrimonial		85.371	50.764		
Valor adicionado total a distribuir		538.947	405.840	485.982	359.118
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		532	528	10.553	8.631
Benefícios		50	30	1.983	1.589
FGTS		76	17	700	490
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		81.323	68.738	137.769	110.762
Estaduais		4		410	438
Municipais				98	
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		75.445	65.518	140.539	115.321
Aluguéis		219.610	168.372	447	475
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio		66.214	60.300	66.214	60.300
Participações dos não controladores				31.576	18.775
Dividendos		54.300		54.300	
Partes beneficiárias		16.191	10.264	16.191	10.264
		513.745	373.767	460.780	327.045
Lucros retidos		25.202	32.073	25.202	32.073
		538.947	405.840	485.982	359.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
A Lajeado Energia S.A. (Companhia ou Lajeado ou Controladora), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo - SP, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.
A Companhia detém, em 31 de dezembro de 2016, 73% do capital votante e 62,39% do capital total da Investco S.A. (Investco), sociedade anônima de capital aberto que tem, como objeto principal, a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
1.1 Concessão
A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Companhia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.
A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.
A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.
Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	17	31.511	54.419	15.431	45.154
Impostos e contribuições sociais	8	20.059	25.525	32.230	34.514
Dividendos	11	72.473	151.239	86.340	161.969
Debêntures	18	156.296	6.483	156.296	6.483
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19			11.228	7.920
Benefícios pós-emprego	20			57	39
Uso do bem público	21			4.584	4.258
Provisões	22			10.354	10.829
Outras contas a pagar	13	4.694	12.211	7.360	14.576
Total do Passivo Circulante		285.033	249.877	323.880	285.752
Não circulante					
Tributos diferidos	9			9.151	11.557
Debêntures	18	298.833	448.216	298.833	448.216
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19			76.219	74.265
Benefícios pós-emprego	20			642	505
Uso do bem público	21			45.175	43.845
Provisões	22			15.678	12.239
Outras contas a pagar	13	1.106	2.616	1.154	2.967
Total do Passivo Não circulante		299.939	450.832	446.852	593.594
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23.1	306.868	306.868	306.868	306.868
Reservas de capital	23.3	579.203	579.203	579.203	579.203
Reservas de lucros	23.3	109.764	112.017	109.764	112.017
Outros resultados abrangentes	23.4	242	260	242	260
Total do Patrimônio líquido		996.077	998.348	996.077	998.348
Participações não controladores				272.238	291.352
Total do Patrimônio líquido e Participações dos acionistas não controladores		996.077	998.348	1.268.315	1.289.700
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.581.049	1.699.057	2.039.047	2.169.046

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		198.930	129.516	257.173	167.449
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Títulos a receber - AVP		(652)	(791)	(652)	(1.333)
Depreciações e amortizações		28.752	28.767	72.837	66.603
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados				158	12.552
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos		(8.828)	(7.568)	(8.828)	(7.568)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		67.296	63.935	119.440	96.937
Uso do bem público - atualização monetária e AVP				6.051	7.104
Provisão para plano de benefícios pós-emprego				(101)	117
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas				1.737	1.963
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				1.448	1.880
Ajuste a valor presente				6.847	6.676
Participações societárias		(85.371)	(50.764)		
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(1.726)	173	(2.327)	

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2017.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 9); Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 15 e 16); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 29.1.2.1); Provisões fiscais, civis e trabalhistas (Nota 22.1); e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 22.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 14).

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

A Companhia controla a Investco e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras.

2.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias (Nota 5) que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia e da sua controlada identificarem que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia e sua controlada procedem o teste de recuperabilidade dos ativos.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de ter indicações de perdas não recuperáveis, têm a recuperação do seu valor testada anualmente.

2.8 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

Em relação às normas ainda não adotadas pela Companhia e sua controlada descritas abaixo, a Administração acredita que as mesmas não gerarão efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, com exceção à IFRS 16.

2.8.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia e sua controlada

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em janeiro de 2016 foi emitida a IFRS 16 que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. A IFRS 16 requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16, em geral, deverá ser aplicada retrospectivamente e substituirá o IAS 17 (CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil) e correspondentes interpretações.

A Companhia iniciou a análise dos contratos e identificou que não haverá impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas. Os efeitos estão relacionados ao reconhecimento de novos ativos e passivos nos arrendatários devido a arrendamentos operacionais, além de mudança da natureza da despesa de arrendamento para despesa de depreciação do ativo reconhecido. Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o principal contrato de arrendamento operacional tem como arrendador a controlada.

2.8.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia e sua controlada

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correlação à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de em 1º de janeiro de 2018 e substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros; Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de hedge (*hedge accounting*) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 10/16 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017)

A revisão estabelece alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas.

2.8.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia e sua controlada a partir de 1º de janeiro de 2016

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2016, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 08/15 e nº 09/16, emitidos pelo CPC. As normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Licitação de linhas de transmissão da Investco (Sistema de transmissão de conexão)

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 013/2015 sendo arrematada pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa as instalações das linhas de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado, citadas na nota 15.1.1. A Taesa será a responsável pela operação e manutenção das instalações transferidas, as quais passarão a compor a rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN. Em 27 de junho de 2016 a Taesa assinou o contrato de concessão e a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações prevista para ocorrer até 27 de dezembro de 2019. Os respectivos ativos serão transferidos à transmissora, sem ônus, em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações a serem implantadas pela transmissora.

Em decorrência da licitação, a Investco iniciou o processo de aceleração da depreciação destes ativos a partir da competência de junho de 2016 (Nota 15.1.1).

8 Impostos e contribuições sociais

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento	4.893	4.820	5.876	19.788
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	154.053	3.698	178.782	38.393
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures		152.544		152.544
Total	154.053	156.242	178.782	190.937
	158.946	161.062	184.658	201.725

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados à taxa de 96,00% a 98,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os investimentos financeiros da controlada estão remunerados à taxa de 101,00% do CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 29.

5 Concessionárias

	Controladora		Consolidado	
	Corrente a Vencer	31/12/2015	Corrente a Vencer	31/12/2015
Circulante				
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	51.385	40.586	51.914	41.055
Energia de curto prazo		9.074		342
Energia de longo prazo	4.079	3.728	4.132	3.776
Encargos de uso da rede elétrica	55.464	53.388	56.388	54.588
Total	55.464	53.388	56.388	54.588

Os saldos de Concessionárias são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e de sua controlada.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PECLD uma vez que a Companhia e sua controlada não possuem saldos vencidos a receber em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito está divulgada na nota 29.2.4.

6 Títulos a receber

	Nota	Controladora				Consolidado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cessão de crédito - Rede Energia S.A.	6.1		106		12.679	106	12.680
(-) AVP - Cessão de crédito - Rede Energia S.A.					(9.273)		(9.273)
Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"	6.2	757	568	18.977	19.360		
(-) AVP - Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"				(12.239)	(12.794)		
Total		757	674	6.738	9.972	106	3.407

6.1 Cessão de crédito - Rede Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo referia-se à consolidação e repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado entre a Companhia e a Rede Energia S.A. (Rede Energia), em 31 de dezembro de 2006, aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 181-SFF/ANEEL de 29 de janeiro de 2007, no montante original do contrato de R\$23.532.

Em 26 de novembro de 2016, a controladora EDP - Energias do Brasil e o Grupo Energisa (controlador da Rede Energia) firmaram um termo de encerramento dos compromissos pactuados no processo de permuta de ações ocorrido em 2008. Dentre os montantes previstos no termo de encerramento, foi liquidado pela Rede Energia o montante relativo à cessão de crédito.

A data base do acordo foi 30 de junho de 2016, sendo o mesmo liquidado da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.512
(+) Receita financeira (líquida de AVP)	95
(-) Reversão de juros	(107)
(-) Desconto	(1.082)
Valor recebido pela Companhia	(2.418)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-

6.2 Ações preferenciais das classes resgatáveis "A", "B" e "C"

Refere-se às ações de emissão da Investco onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e descontado a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

7 Rendas a receber

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Paulista Lajeado	1.755	1.345
CEB Lajeado	5.012	3.843
Total	6.767	5.188

O saldo refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Investco arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Companhia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Investco, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Nota 1.1).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, pois a operação da usina é de responsabilidade da Investco, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Investco receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2015 ser maior que o IPCA projetado para o exercício, houve um acréscimo no CA para o exercício de 2016; e (ii) aumento do IPCA projetado para o exercício de 2016 em relação ao exercício anterior de 3,55 p.p..

	Nota	Controladora							Saldo em 31/12/2016	
		Saldo em 31/12/2015	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência		
Ativo - compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social		1.730	4		1.651	21.363	(518)	10.874	(25.475)	9.629
PIS e COFINS		707	31.994		75		(570)		(31.498)	708
IRRF sobre aplicações financeiras		2.442	6.702					(2.193)	(8)	6.943
IRRF sobre juros s/capital próprio		8.676	5.437					(8.676)		5.437
Outros		97	63					(5)	(6)	149
Total		13.652	44.200		1.726	21.363	(1.088)	-	(56.987)	22.866
Circulante		13.652								22.866
Total		13.652								22.866
Passivo - a recolher										
Imposto de renda e contribuição social		8.216	24.800			(3.126)			(25.489)	4.401
PIS e COFINS		8.144	58.344			(28.208)	(1.088)		(31.498)	5.694
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		25	23			(26)				22
IRRF sobre juros s/capital próprio	8.1	9.045	9.932			(9.045)				9.932
Outros		95	32			(117)				10
Total		25.525	93.131		-	(40.522)	(1.088)	-	(56.987)	20.059
Circulante		25.525								20.059
Total		25.525								20.059

	Nota	Consolidado							Saldo em 31/12/2016	
		Saldo em 31/12/2015	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência		
Ativo - compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social		7.223	4		2.252	51.397	(4.980)	13.324	(53.889)	15.331
ICMS		13							(2)	11
PIS e COFINS		707	32.718		75		(578)		(32.214)	708
IRRF sobre aplicações financeiras		4.895	8.654			17		(4.643)	(8)	8.915
IRRF sobre juros s/capital próprio		8.676	5.437					(8.676)		5.437
Outros		129	63					(5)	(6)	181
Total		21.643	46.876		2.327	51.414	(5.558)	-	(86.119)	30.583
Circulante		21.643								30.583
Total		21.643								30.583
Passivo - a recolher										

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 11), dos saldos a pagar e a receber relativos ao contrato de arrendamento da UHE Lajeado (Notas 7 e 17) e dos montantes a pagar e a receber relativos às ações preferenciais da classe "A", "B" e "C" da Investco (Notas 6.2 e 19), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentados como segue:

Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Controladora												
			Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)				
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	Financeiras			
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015	2016	2015				
Concessionárias															
Suprimento de energia elétrica															
EDP Bandeirante	Controle Comum	214,98	01/01/2008 a 31/12/2037	2	2						21	18			
EDP Bandeirante	Controle Comum	216,85	01/01/2009 a 31/12/2038	8	8						99	82			
EDP Bandeirante	Controle Comum	201,93	01/01/2009 a 31/12/2038	37	32						323	268			
EDP Comercializadora	Controle Comum		12/12/2001 a 31/12/2022	16.231	10.644						164.884	148.193			
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2015 a 31/08/2015									13.349			
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2016 a 31/05/2016								561				
EDP Escelsa	Controle Comum	213,87	01/01/2008 a 31/12/2037	5	3						46	38			
EDP Escelsa	Controle Comum	215,73	01/01/2009 a 31/12/2038	8	6						83	69			
EDP Escelsa	Controle Comum	200,89	01/01/2009 a 31/12/2038	33	27						272	225			
Porto do Pecém	Controle Comum	40,66	01/01/2016 a 31/01/2016								121				
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	80,43	01/05/2016 a 31/05/2016								479				
Uso do sistema de transmissão															
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2003 a 16/12/2032	1.702	1.553						14.476	14.149			
				18.026	12.275	-	-	-	-	-	181.365	176.391	-		
Empréstimos a receber (a)															
Contratos de mútuo - 100% do CDI															
EDP Comercializadora	Controle Comum		08/04/2013 a 07/01/2017				64.796						8.828	7.568	
				-	-	-	64.796	-	-	-	-	-	8.828	7.568	
Outras contas a pagar															
Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos (b)															
			01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL								23	108	(333)	(251)	
EDP - Energias do Brasil	Controladora														
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (c)															
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 a 31/12/2018								5	130	(56)	(130)	
Contrato Jurídico sobre o Parecer do GSF															
Energest	Controle Comum											2		(2)	
				-	-	-	-	-	-	-	28	240	(389)	(383)	-
Fornecedores															
Uso do sistema de transmissão															
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2015 a 31/12/2015					2.864						(47.871)	
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/09/2016 a 30/11/2016											(18.744)	
Energest	Controle Comum	156,45	01/01/2015 a 31/12/2015					704						(7.525)	
Energest	Controle Comum	243,64	01/05/2015 a 31/12/2019				1.631	1.632						(19.261)	(11.699)
Enerpeixe	Controle Comum	108,68	01/07/2016 a 31/07/2016											(933)	
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	118,6	01/06/2016 a 30/06/2016											(445)	
				-	-	-	-	1.631	5.200	-	-	(39.383)	(67.095)	-	
				18.026	12.275	-	64.796	1.631	5.200	28	240	141.593	108.913	8.828	7.568
Consolidado															
Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)				
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	Financeiras			
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015	2016	2015		

Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)				
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	Financeiras			
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015	2016	2015		
Concessionárias															
Suprimento de energia elétrica															
EDP Bandeirante	Controle Comum	214,98	01/01/2008 a 31/12/2037	2	2						21	18			
EDP Bandeirante	Controle Comum	216,85	01/01/2009 a 31/12/2038	8	8						99	82			
EDP Bandeirante	Controle Comum	201,93	01/01/2009 a 31/12/2038	37	32						324	268			
EDP Comercializadora	Controle Comum		12/12/2001 a 31/12/2022	16.231	10.644						164.884	148.193			
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2015 a 31/08/2015									13.349			
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2016 a 31/05/2016								561				
EDP Escelsa	Controle Comum	213,87	01/01/2008 a 31/12/2037	5	3						46	38			
EDP Escelsa	Controle Comum	215,73	01/01/2009 a 31/12/2038	8	6						83	69			
EDP Escelsa	Controle Comum	200,89	01/01/2009 a 31/12/2038	27	27						272	225			
Porto do Pecém	Controle comum	40,66	01/01/2016 a 31/01/2016								121				
Cachoeira Caldeirão	Controle comum	80,43	01/05/2016 a 31/05/2016								479				
EDP Bandeirante	Controle Comum	177,66	01/08/2002 a 15/12/2032	169	152						1.961	1.620			
EDP Bandeirante	Controle Comum	177,66	01/08/2005 a 15/12/2032	5	4						61	38			
Uso do sistema de transmissão															
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2003 a 16/12/2032	1.702	1.553						14.476	14.149			
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/08/2005 a 15/12/2032	17	16						206	178			
				18.211	12.447	-	-	-	-	-	183.594	178.227	-		
Outros créditos															
Devolução - Prêmio de seguro (Nota13)															
EDP - Energias do Brasil	Controladora		31/12/2016				54					37	17		
				-	-	-	54	-	-	-	-	37	-	17	
Empréstimo a receber (a)															
Contratos de mútuo - 100% do CDI															
EDP Comercializadora	Controle Comum		08/04/2013 a 07/01/2017				64.796						8.828	7.568	
				-	-	-	64.796	-	-	-	-	-	8.828	7.568	
Fornecedores															
Uso do sistema de transmissão (Nota 17)															
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2015 a 31/12/2015					2.864						(47.871)	
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/09/2016 a 30/11/2016											(18.744)	
Energest	Controle Comum	156,45	01/01/2015 a 31/12/2015					704						(7.525)	
Energest	Controle Comum	243,64	01/05/2015 a 31/12/2019				1.631	1.632						(19.261)	(11.699)
Enerpeixe	Controle comum	108,68	01/07/2016 a 31/07/2016											(933)	
Cachoeira Caldeirão	Controle comum	118,6	01/06/2016 a 30/06/2016											(445)	
				-	-	-	-	1.631	5.200	-	-	(39.383)	(67.095)	-	
				18.211	12.447	-	64.796	1.631	5.200	76	591	143.216	110.190	8.845	7.568

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota 31.2.

a) Empréstimos a receber: Em 8 de janeiro de 2015, a Companhia firmou junto à EDP Comercializadora o terceiro termo aditivo ao contrato de mútuo com o objetivo de prorrogar o prazo de vencimento para 7 de janeiro de 2017. Em 20 de dezembro de 2016 foi liquidado pela EDP Comercializadora o montante de R\$74.634.

b) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *holding*, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do controle de alocação de horas trabalhadas (*timesheet*).

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013. O tema Compartilhamento de Recursos Humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/12, na Consulta Pública nº 12/13 e na Audiência Pública nº 072/14, cujo período de contribuições encerrou-se em 23 de fevereiro de 2015. Como resultado da Audiência Pública nº 072/14, em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699. A partir dessa norma, a EDP - Energias do Brasil e suas controladas deram entrada, em 2 de maio de 2016, ao pedido de anuência prévia para novo modelo de compartilhamento de recursos humanos, que seguirá o critério regulatório aprovado. O novo critério alocará os gastos com pessoal de maneira proporcional ao ativo imobilizado bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (transmissão, distribuição e geração) e excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que serão compartilhados de forma antecipada.

O pedido foi realizado de forma tempestiva, o que garantiu a prorrogação dos atuais contratos de compartilhamento de atividades e alocação de gastos até que a ANEEL emita decisão final sobre a anuência do novo modelo.

A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.278 publicado em 23 de dezembro de 2016, anuiu na forma da minuta apresentada, o pleito da EDP - Energias do Brasil para a celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos com as partes relacionadas EDP Bandeirante, EDP Escelsa, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém.

A partir desta anuência, a EDP - Energias do Brasil e suas controladas terão 180 dias para implementar o novo modelo de compartilhamento de recursos humanos utilizando o novo critério.

c) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada sua sede social e a controlada possui instalada uma filial.

O contrato tinha a vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2011 e não necessitava ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 338/2008, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Em janeiro de 2012, foi firmado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato para revisão dos percentuais de rateio no conjunto de contratos da contratada. Com a mudança de endereço da sede social do Grupo EDP - Energias do Brasil em São Paulo, em junho de 2013, o custo global e o percentual de rateio foram revisados, com consequente celebração do segundo Termo Aditivo ao Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura.

Em 1º de agosto de 2015, após a anuência da ANEEL conforme Despacho nº 2.430/15, foi firmado o novo "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" entre EDP - Energias do Brasil e a Companhia, estabelecendo novos percentuais de rateio na base São Paulo, envolvendo empresas delegatárias de serviço público. O referido Contrato possui cláusula específica permitindo o rateio desde 1º de janeiro de 2015, e está em conformidade com a Resolução Normativa nº 334/08, com o prazo de 48 meses.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

10.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

10.2 Remuneração dos administradores

10.2.1 Remuneração anual total do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro (em R\$)

	2016		2015	
	Conselho da Administração	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração
Remuneração (a)	161.122	161.122	139.059	152.006
Total	161.122	161.122	139.059	152.006

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

11 Dividendos - Ativos e Passivos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio (JSCP) a pagar são reconhecidos nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO); e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os dividendos a receber são registrados como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, em consonância com a prática contábil do passivo anteriormente descrita.

Os créditos de JSCP são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Para o JSCP a receber, são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.

Foi aprovada em AGO, realizada em 12 de abril de 2016, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 com a destinação de JSCP no valor bruto de R\$60.300, sendo R\$51.255 líquido de Imposto de renda, e dividendos no valor de R\$27.455. Deste montante, já haviam sido contabilizados como dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2015 o montante relativo ao JSCP, de modo que o montante relativo aos dividendos foi reconhecido como dividendos adicionais na referida data. Ambos os montantes foram pagos da seguinte forma: R\$27.455 em 29 de abril de 2016 e R\$51.255 em 6 de setembro de 2016.

Em 12 de setembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou dividendos intermediários, a serem ratificados pela Assembleia Geral, relativos ao lucro apurado nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2016, no montante de R\$54.300. O referido montante foi pago em 20 de setembro de 2016.

Em 22 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2016 no montante bruto de R\$66.214, sendo R\$56.282 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13.2 Credores diversos - consumidores e concessionárias

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 referiam-se a montantes de perdas na rede básica a serem pagos à empresas controladas pela Rede Energia. Conforme descrito na nota 6.1, em 30 de setembro de 2016, a controladora EDP - Energias do Brasil e o Grupo Energisa (controlador da Rede Energia) firmaram um termo de encerramento dos compromissos pactuados no processo de permuta de ações ocorrido em 2008, sendo os saldos liquidados na seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.517	7.598
(+) Despesa financeira	159	180
(-) Desconto financeiro	(84)	(106)
Valor pago pela Companhia	(7.592)	(7.672)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-

13.3 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão de férias e respectivos INSS e FGTS e participação nos lucros e resultados.

14.1 Movimentação dos investimentos no exercício

Investimentos	Nota	Controladora			% Participação direta				
		Saldo em 31/12/2015	Amortizações	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015		
Investco		787.729		85.371	(137.032)	(18)	736.050	73	73
Direito de Concessão	14.1.1	488.298	(28.723)				459.575		
Total		1.276.027	(28.723)	85.371	(137.032)	(18)	1.195.625	73	73

14.1.1 Direito de Concessão

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia.

O ágio é baseado em rentabilidade futura, suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e está sendo amortizado linearmente pelo prazo restante da concessão, até dezembro de 2032, não gerando benefícios fiscais para a Companhia.

Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível.

14.2 Participação direta do investimento

Empresa	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido		Receitas		Resultado líquido do exercício	
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015	2016	2015
	Ordinárias/Quotas	Preferenciais	Ordinárias/Quotas	Preferenciais	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante										
Investco	293.608	197.007	293.608	197.007	62,39	73,00	62,39	73,00	1.249.895	1.300.608	241.606	221.526	1.008.289	1.079.082	278.750	215.448	116.947	69.539

14.3 Reconciliação das demonstrações financeiras do Investimento

	Controlada	
	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio líquido - Saldo inicial	1.079.082	1.140.588
Distribuição de dividendos aos acionistas	(141.044)	(131.179)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	116.947	69.539
Outros resultados abrangentes	(25)	134
Aumento/redução de capital e distribuição de reservas	(46.671)	-
Patrimônio líquido - Saldo final	1.008.289	1.079.082
Percentual de participação societária - %	73%	73%
Participação nos investimentos	736.050	787.729
Direito de concessão	459.575	488.298
Saldo contábil do investimento na Controladora	1.195.625	1.276.027

15 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

15.1 Composição do Imobilizado

	Controladora							
	31/12/2016				31/12/2015			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Móveis e utensílios	6,25	58	(45)	13	6,25	58	(41)	17
Total do Imobilizado em serviço		58	(45)	13		58	(41)	17
Total do Imobilizado		58	(45)	13		58	(41)	17

Imobilizado em serviço

	Consolidado							
	Nota	Valor líquido em 31/12/2015	Ingressos	Transferências	Depreciações	Baixas	Reclassificações	Valor líquido em 31/12/2016
Terrenos		114.510						114.510
Reservatórios, barragens e adutoras		512.948		2.046	(13.875)			501.119
Edificações, obras civis e benfeitorias		232.300		541	(8.206)		(110)	224.525
Máquinas e equipamentos		299.877		4.584	(19.657)	(111)	116	284.809
Veículos		167		823	(264)	(4)		722
Móveis e utensílios		125		118	(30)	(43)		170
Total do Imobilizado em serviço		1.159.927	-	8.112	(42.032)	(158)	6	1.125.855
Imobilizado em curso								
Terrenos		2.082						2.082
Reservatórios, barragens e adutoras		1.594	1.210	(2.066)				738
Edificações, obras civis e benfeitorias		256						256
Máquinas e equipamentos		15.753	5.115	(5.300)			(1.325)	14.243
Adiantamento a fornecedores		2.668						4.191
Depósitos judiciais	22.1.1.1	14.305					1.523	14.305
Outros		5.428	316	(746)			(272)	4.726
Total do Imobilizado em curso		42.086	6.641	(8.112)	-	-	(74)	40.541
Total do Imobilizado		1.202.013	6.641	-	(42.032)	(158)	(68)	1.166.396

16 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

16.1 Composição do Intangível

	Nota	Controladora						Consolidado				
		31/12/2016			31/12/2015			31/12/2015				
		Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço												
Administração												
Software			20,00	249	(243)	6	20,00	249	(218)	31		
Total do Intangível em serviço				249	(243)	6		249	(218)	31		
Atividades não vinculadas à concessão												
Ágio na incorporação de sociedade controladora	16.1.2		5,80	375.963	(164.295)	211.668	5,80	375.963	(145.498)	230.465		
(-) Provisão para manutenção de dividendos	16.1.2.1		5,80	(375.963)	164.295	(211.668)	5,80	(375.963)	145.498	(230.465)		
				-	-	-		-	-	-		
Total do Intangível				249	(243)	6		249	(218)	31		
Intangível em curso												
Geração												
Administração												
Software			20,00	1.920	(1.763)	157	20,00	1.884	(1.627)	257		
Total do Intangível em curso				1.920	(1.763)	157		1.884	(1.627)	257		
Total do Intangível				769.722	(293.315)	476.407		764.486	(262.427)	502.059		
Geração												
Administração												
Software												
Total do Intangível em curso				433	433	433		446	446	446		
Atividades não vinculadas à concessão												
Ágio na incorporação de sociedade controladora	16.1.2		5,80	375.963	(164.295)	211.668	5,80	375.963	(145.498)	230.465		
(-) Provisão para manutenção de dividendos	16.1.2.1		5,80	(375.963)	164.295	(211.668)	5,80	(375.963)	145.498	(230.465)		
				-	-	-		-	-	-		
Total do Intangível				770.155	(293.315)	476.840		764.932	(262.427)	502.505		

16.1.1 Direito de concessão - Uso do bem público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (Nota 21). A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

16.1.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora

Como resultado da reorganização societária da incorporação da Tocantins Energia S.A. e da EDP Lajeado Energia S.A. pela Companhia, ocorrida em 30 de novembro de 2009, foi registrado ágio no valor de R\$375.963 suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliadores independentes, que será amortizado pelo prazo remanescente da concessão até dezembro de 2032, conforme Resolução Autorizativa da ANEEL nº 2.218/09.

Em 31 de dezembro de 2016 o teste de recuperação do ágio da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis. No exercício não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis, eventos ou alterações nas premissas e circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

16.1.2.1 Provisão para manutenção de dividendos - Efeitos CVM n°s 319/99 e 349/99

Saldo do ágio não amortizado da EDP Lajeado Energia	211.668
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%
Benefício fiscal de amortização do ágio (Nota 9.2.1)	71.967
Provisão para manutenção dos dividendos	139.701

A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, consequentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros da Companhia, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio, após a incorporação da EDP Lajeado, ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo da Companhia em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no Patrimônio Líquido (Nota 23.3.2).

16.2 Movimentação do Intangível

Intangível em serviço	Controladora		
	Valor líquido em 31/12/2015	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2016
Software	31	(25)	6
Total do Intangível em serviço	31	(25)	6
Total Intangível	31	(25)	6

13.4 Encargos setoriais

Do saldo total consolidado de encargos setoriais em 31 de dezembro de 2016 de R\$5.694 (R\$7.023 em 31 de dezembro de 2015), R\$3.701 (R\$4.519 em 31 de dezembro de 2015) referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

14 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o investimento na Investco, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 73% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação, nas demonstrações financeiras consolidadas, cessará a partir da data em que a Companhia perde o controle da investida.

Nota	Controladora			% Participação direta		
	Saldo em 31/12/2015	Amortizações	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Investco	787.729		85.371	(137.032)	(18)	736.050
Direito de Concessão	488.298	(28.723)				459.575
Total	1.276.027	(28.723)	85.371	(137.032)	(18)	1.195.625

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia.

O ágio é baseado em rentabilidade futura, suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e está sendo amortizado linearmente pelo prazo restante da concessão, até dezembro de 2032, não gerando benefícios fiscais para a Companhia.

Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível.

Empresa	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido		Receitas		Resultado líquido do exercício	
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015						

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18 Debêntures

18.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora e Consolidado							
											31/12/2016			31/12/2015				
											Encargos	Principal	Não circulante	Encargos	Principal	Não circulante		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	45.000	10	450.000	25/11/2013	25/11/2013 a 25/11/2019	capital social ocorrida em 03/05/2013	1,20% a.a.	Principal anual a partir de outubro/2017 e juros semestral	Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	6.296	150.000	300.000	456.296	6.483	450.000	456.483	
(-) Custos de emissão				(3.118)														
Total											6.296	150.000	298.833	455.129	6.483	448.216	454.699	

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

18.2 Movimentação das debêntures no exercício

	Controladora e Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2015	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2016
Circulante				
Debêntures				
Principal			150.000	150.000
Juros	6.483	(66.866)	66.679	6.296
Custo de transação			(617)	-
	6.483	(66.866)	66.679	617
Não circulante				
Debêntures				
Principal	450.000		(150.000)	300.000
Custo de transação	(1.784)		617	(1.167)
	448.216		(149.383)	298.833

18.3 Vencimento das parcelas

	Controladora e Consolidado	
	Circulante	Ativo
2017	156.296	156.296
Não circulante		
2018	149.005	149.005
2019	298.833	298.833
Total	455.129	455.129

A emissão de Debêntures feita pela Companhia não é conversível em ações e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/2009, no qual refere-se à oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas, prevendo rescisão de contrato, estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos das respectivas emissões.

- descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
- descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
- realização, pela Emissora, de cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário direto, exceto se referida alienação: (a) for para a outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (b) obtiver expressa anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia, cuja recusa somente poderá ocorrer por meio de deliberação razoavelmente motivada;
- descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano;
- pedido de auto-falência;
- liquidação, dissolução ou decretação de falência;
- se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
- extinção de um ou mais Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados pela Emissora que representem queda no volume de receitas superior a 20% em relação ao seu faturamento total;
- redução maior do que 10% da quantidade de energia assegurada pela Emissora; e
- notificação de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individualmente seja superior a R\$75.000, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de emissão de debêntures.

19 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

19.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Utilização	Forma de pagamento	Consolidado							
			31/12/2016		31/12/2015		Total	Total		
			Encargos	Principal	Encargos	Principal				
	Ações preferenciais resgatáveis	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	11.228	38.168	38.051	87.447	7.920	39.259	35.006	82.185
Total			11.228	38.168	38.051	87.447	7.920	39.259	35.006	82.185

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$87.447 (R\$82.185 em 31 de dezembro de 2015) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

19.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Consolidado				Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/12/2016
	Valor líquido em 31/12/2015	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências		
Circulante						
Juros	7.920	(50.351)	49.322	4.337	-	11.228
	7.920	(50.351)	49.322	4.337		11.228
Não circulante						
Principal	35.006			3.045		38.051
Juros	39.259			3.246		38.168
	74.265			(4.337)		76.219

Os juros provisionados de R\$49.322 está composto por: (i) R\$6.898 referem-se aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia e deliberados pela AGO de 11 de abril de 2016; (ii) R\$19.997 referem-se aos dividendos de exercícios anteriores aprovados em RCA de 26 de agosto de 2016; (iii) R\$8.873 referem-se ao JSCP deliberados em RCA de 19 de dezembro de 2016; e (iv) R\$13.554 referem-se aos dividendos de exercícios anteriores aprovados em RCA de 19 de dezembro de 2016. Todos os montantes foram registrados em contrapartida a débito no Resultado Financeiro.

19.3 Vencimento das parcelas

	Consolidado	
	Circulante	Ativo
2017	11.228	11.228
Não circulante		
2018	3.642	3.642
2019	3.351	3.351
2020	3.083	3.083
2021	2.835	2.835
2022 até 2026	11.116	11.116
2027 até 2031	7.325	7.325
2032 até 2033	44.867	44.867
Total	76.219	76.219

20 Benefícios pós-emprego

A Companhia e a controlada mantêm atualmente plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores na modalidade de Contribuição definida e a controlada Investco mantêm plano de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98 na modalidade de benefício definido.

A contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego é realizada com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Investco reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Assistência médica - Lei nº 9.656/98	32	30	642	505
Contribuição definida	25	9	-	-
	57	39	642	505

20.1 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2016 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo no período:

	Consolidado			
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(535)	(535)		
Custo do serviço corrente	(35)	(35)		
Custo dos juros	(66)	(66)		
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(38)	(38)		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(674)	(674)		

20.2 Contribuição definida

A Companhia, a controlada e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enprepv. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual máximo de até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras.

A Companhia, a controlada e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil patrocinaram, até outubro de 2016, o Plano Coletivo de Previdência Complementar, denominado PGBL Coletivo, administrado pela Bradesco Vida e Previdência. Neste plano, o participante contribuiu com o percentual máximo de até 2% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição da patrocinadora em seu favor no referido plano também ocorreria na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e demais patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia e a controlada contribuíram no exercício com R\$228 (R\$195 em 2015).

Esses planos em 31 de dezembro de 2016 tem a adesão de 48 colaboradores (41 em 31 de dezembro de 2015).

21 Uso do bem público - UBP

O UBP é um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 16) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Investco na data da assinatura do contrato de concessão. No exercício de 2016, todas as parcelas foram pagas e, em 31 de dezembro de 2016, o saldo remanescente encontra-se segregado no circulante e não circulante.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2015	Ajuste a valor presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Saldo em 31/12/2016
Circulante					
Uso do bem público	4.268	(10)	56	(4.405)	4.675
	4.268	(10)	56	(4.405)	4.675
Não Circulante					
Uso do bem público	43.845	964	5.041	(4.675)	45.175
	43.845	964	5.041	(4.675)	45.175

22 Provisões

	Consolidado			
	Circulante	Ativo	Não circulante	Total
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	22.1	10.354	10.829	10.931
Licenças ambientais	22.2	10.354	10.829	4.747
Total	10.354	10.829	15.678	12.239

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

22.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia e sua controlada Investco são parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia e da controlada.

22.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Pagamentos		Saldo em 31/12/2016	Ativo Depósito judicial (Nota 13)
			Reversões	Atualizações monetárias		
Trabalhistas	235	10	(23)	(42)	(70)	110
Cíveis	8.427	218	(945)	(252)	1.873	9.321
Outros	1.500					1.500
Total	10.162	228	(968)	(294)	1.803	10.931
Não circulante	10.162					573
Total	10.162					10.931

22.1.1.1 Cíveis

Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Investco por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$3.613 (R\$3.688 em 31 de dezembro de 2015).

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo apropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$5.708 (R\$4.739 em 31 de dezembro de 2015). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 15.2).

Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

22.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2016	31/12/2015	Ativo Depósito judicial (Nota 13)		31/12/2016	31/12/2015
			Adições	Reversões		
Trabalhistas	-	-	-	-	322	203
Cíveis	24.865	16.868	-	-	116.312	129.622
Fiscais	96.123	92.876	1.212	1.159	99.118	95.723
Total	120.988	109.744	1.212	1.159	215.752	225.548

22.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 22.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de dezembro de 2016 de R\$91.032 (R\$111.729 em 31 de dezembro de 2015).

A variação no período é decorrente da revisão das estimativas dos valores envolvidos em 3 ações que possuem objeto relacionado, ocorrida no mês de junho de 2016, em função da decisão proferida em execução que requereu o retorno da demanda para 1ª instância. Este retorno propiciou uma redução dos valores anteriormente estimados.

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 22.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2016 de R\$53 (R\$777 em 31 de dezembro de 2015).

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de inclui-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23.3.1 Partes beneficiárias

A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, nesta data, pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Companhia (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Companhia até o término do prazo de duração das partes beneficiárias. O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

23.3.2 Ágio na Incorporação de sociedade controladora

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio Líquido da Companhia na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado (Nota 16.1.2).

23.3.3 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

23.3.4 Lucros retidos a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2015 de R\$27.455 foi distribuído como dividendos adicionais (Nota 11) conforme deliberação da AGO realizada em 12 de abril de 2016.

23.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, na controlada Investco, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em 31/12/2015	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2016		Saldo em 31/12/2015	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2016	
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	260	(18)	242		260	(18)	242	

24 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita com suprimento de energia elétrica é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado são reconhecidas mensalmente conforme contrato de arrendamento.

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)	RS	MWh (*)	RS	MWh (*)	RS	MWh (*)	RS
Suprimento de energia elétrica	3.263.556	3.344.635	539.541	512.426	3.298.333	3.383.910	545.462	518.542
Energia de curto prazo		951	2.364	11.324	4.095	3.528	2.508	11.785
Arrendamentos e alugueis							81.212	62.257
Outras receitas operacionais			41.414	40.480			42.014	41.066
Receita operacional bruta	3.263.556	3.345.586	583.319	564.230	3.302.428	3.387.438	671.198	633.850
(-) Deduções à receita operacional		(73.750)	(74.255)			(82.138)	(80.980)	
PIS/COFINS		(53.957)	(52.191)			(62.086)	(58.612)	
P&D		(4.702)	(4.532)			(4.754)	(4.589)	
Outros encargos		(15.091)	(17.532)			(15.296)	(17.779)	
Receitas	3.263.556	3.345.586	509.569	489.975	3.302.428	3.387.438	589.060	552.670

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

25 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia e na controlada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e da controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora				Consolidado			
	2016		2015		2016		2015	
	Custo do serviço		Despesas Operacionais		Gerais e administrativas		Total	
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Total	Total			
Energia elétrica comprada para revenda	69.952			69.952	144.407			
Encargos de uso da rede elétrica	39.358			39.358	38.469			
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			695	695	632			
Material			1	1	10			
Serviços de terceiros			665	665	1.002			
Depreciação			4	4	4			
Amortização			28.748	28.748	28.763			
Alugueis e arrendamentos		199.260	40	199.300	152.803			
Outras		(12)	568	556	540			
Total	109.310	199.248	30.721	339.279	366.630			

	Controladora				Consolidado			
	2016		2015		2016		2015	
	Custo do serviço		Despesas Operacionais		Gerais e administrativas		Total	
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total		
Energia elétrica comprada para revenda (Nota 25.1)	69.893				69.893	145.164		
Encargos de uso da rede elétrica	40.862				40.862	39.869		
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		7.719	6.152		13.871	11.721		
Material		915	185		1.100	1.099		
Serviços de terceiros		7.055	7.260		14.315	16.835		
Depreciação		40.954	987		41.941	36.469		
Amortização		2.022	28.874		30.896	30.134		
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				(66)	(66)	289		
Alugueis e arrendamentos		1	436		437	465		
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens (Nota 25.2)				(80)	(80)	12.248		
Outras		96	1.999	24	2.119	2.491		
Total	110.755	58.762	45.893	(122)	215.288	296.784		

25.1 Energia elétrica comprada para revenda

A redução nos gastos com energia elétrica comprada para revenda refere-se ao cenário hidrológico do exercício de 2015, onde as empresas ainda não estavam repactuadas e tiveram que efetuar compra de energia para cumprir com seus contratos, ao PLD elevado (PLD médio em 2016 foi de R\$93,91, enquanto em 2015 foi de R\$288,11).

25.2 Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens

Em 2015, do saldo da rubrica de R\$12.248, R\$12.450 refere-se a provisão para redução ao valor recuperável na Investco do projeto da UHE - Tupirantins.

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras e cauções	8.263	12.003	16.554	19.910
Atualização monetária depósitos judiciais	53	59	53	59
Atualização monetária contratos de mútuo	8.828	7.568	8.828	7.568
Juros e multa sobre impostos	1.726	89	2.327	196
Ajuste a valor presente	652	791	96	249
Remuneração das ações preferenciais	2.822	1.883		
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras	(4.345)	(3.099)	(4.764)	(3.325)
Outras receitas financeiras	715	1.631	846	2.227
	18.714	20.925	23.940	26.884
Despesas financeiras				
Juros e multa sobre impostos		(262)		(262)
Encargos de dívidas	(67.296)	(63.919)	(116.618)	(96.821)
Variações monetárias moeda nacional	(181)		(1.389)	(1.398)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros			(1.803)	(1.674)
Ajuste a valor presente			(7.486)	(6.456)
Atualização monetária Uso do bem público			(5.097)	(7.188)
Atualização monetária e juros - GSF	(4.139)		(4.197)	
Benefícios pós-emprego			(70)	(79)
Outras despesas financeiras	(3.829)	(1.337)	(3.879)	(1.443)
	(75.445)	(65.518)	(140.539)	(115.321)
	(56.731)	(44.593)	(116.599)	(88.437)

27 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro antes do IRPJ e CSLL	198.930	129.516	257.173	167.449
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(67.636)	(44.035)	(87.439)	(56.933)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(25)	(55)	(30)	(119)
Perdas indedutíveis				(4.232)
Resultados de equivalência patrimonial	29.026	17.260		
Juros sobre o capital próprio	10.190	9.678	31.452	24.978
Outras		16	(51)	(13)
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(9.766)		(8.834)	
(Adição) Reversão de diferenças permanentes		(9.767)		(9.766)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	1.164		1.164	
Outras	24	24	48	48
Despesa de IRPJ e CSLL	(37.023)	(26.879)	(63.690)	(46.037)
Alíquota efetiva	18,61%	20,75%	24,77%	27,49%

28 Resultado por ação

O resultado básico por ação consolidado é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No exercício de 2016, a Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

Operação	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Aplicação financeira - CDB				
Instrumentos financeiros ativos				
Debêntures				
Instrumentos financeiros passivos				

Operação	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Aplicação financeira - CDB				
Instrumentos financeiros ativos				
Debêntures				
Instrumentos financeiros passivos				

A curva futura do indicador financeiro CDI, está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia e de sua controlada. O indicador teve seu intervalo conforme apresentado a seguir: CDI entre 9,75% e 13,25% a.a.

	Consolidado	
	2016	2015
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	75.957	48.152
Preferenciais Classe "A" (PNA)	64.228	40.716
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.531	3.505
	145.716	92.373

	Consolidado	
	2016	2015
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	113.690	113.690
Preferenciais Classe "A" (PNA)	81.550	81.550
Preferenciais Classe "B" (PNB)	8.278	8.278
	203.518	203.518

	Consolidado	
	2016	2015
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,66812	0,42354
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,78759	0,49927
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,66812	0,42354

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)		Ajustes (Nota 23.2)		Resultado por classe de ações	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ordinárias (ON)	51.602	(3.450)			48.152	
Preferenciais Classe "A" (PNA)	37.014	3.702			40.716	
Preferenciais Classe "B" (PNB)	3.757	(252)			3.505	
	92.373	-			92.373	
Ordinárias (ON)	81.400	(5.443)			75.957	
Preferenciais Classe "A" (PNA)	58.389	5.839			64.228	
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.927	(396)			5.531	
	145.716	-			145.716	

29 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

29.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e da sua controlada em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e da controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia e sua controlada são apresentados nas notas 18 e 19.

A Administração da Companhia e sua controlada somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e da sua controlada são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2016 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Debêntures referem-se a juros futuros que, conseqüentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 31.1.

A Companhia e sua controlada também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2016, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia e sua controlada esperam liquidar as respectivas obrigações.

	Controladora						31/12/2015
	31/12/2016						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Passivos financeiros							
Fornecedores	24.896	6.607	8			31.511	54.419
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				28		28	240
Debêntures			156.296	298.833		455.129	454.699
Total	24.896	6.607	156.304	298.861	-	486.668	509.358

	Consolidado						31/12/2015
	31/12/2016						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Passivos financeiros							
Fornecedores	11.970	3.410	51			15.431	45.154
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				76		76	591
Debêntures			156.296	298.833		455.129	454.699
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			11.228	15.772	60.447	87.447	82.185
Uso do bem público	368	1.172	3.044	10.470	34.705	49.759	48.113
Total	12.338	4.582	170.619	325.151	95.152	607.842	630.742

29.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparece descrita individualmente na nota 18. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 31.2) para a rubrica de Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

29.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2016 foi negativo em R\$13.809 (R\$3.338 positivo em 31 de dezembro de 2015).

A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se, principalmente, à amortização de principal e aos juros das Debêntures que poderão ser pagos com fluxo de caixa gerado pela operação ou via refinanciamento das dívidas e, se necessário, com aportes de capital para pagar os compromissos previstos no curto prazo.

29.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia e sua controlada depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia e sua controlada aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Nota 12).

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia e sua controlada utilizam como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

29.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e sua controlada não realizarem seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e de sua controlada apresentarem perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia e da controlada, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e da controlada, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

29.2.5 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e de sua controlada para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	31/12/2016	31/12/2015
Total dos empréstimos e debêntures	455.129	454.699
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(158.946)	(161.062)
Dívida líquida	296.183	293.637
Total do Patrimônio Líquido	996.077	998.348
Total do capital	1.292.260	1.291.985
Índice de alavancagem financeira - %	22,92%	22,73%

30 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Constituição de dividendos e JSCP a receber	30.053	21.729	-	-
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	56.282	51.255	67.398	61.985
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível			5.163	7.251
Total	86.335	72.984	72.561	69.236

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nunos Simões Nunes Ferreira Setas Presidente	Luiz Otavio Assis Henriques Conselheiro	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira Conselheiro	Antonio Frederico Pereira da Silva Conselheiro
---	---	---	--	--

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	Dione da Silva Freitas Diretor Executivo	José Cherem Pinto Diretor Técnico	André Luis Nunes de Mello Almeida Diretor	Alankardek Ferreira Moreira Diretor	André Luis Nunes de Mello Almeida Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos	Leonardo Nery dos Santos Gestor de Contabilidade UNG e FT Contador - CRC 1SP 261342/O-2
--	--	---	---	---	---	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Lajeado Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Lajeado Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Lajeado Energia S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lajeado Energia S.A. e da Lajeado Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

31 Compromissos contratuais e Garantias

31.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e sua controlada apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da UHE Lajeado.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de sua controlada, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	Controladora				31/12/2015	
	31/12/2016					
	2017	2018 a 2019	2020 a 2021	A partir de 2022		
Responsabilidades com locações operacionais	154.100	268.256	217.381	629.186	1.268.923	1.325.476
Obrigações de compra						
Compra de Energia	21.401	40.468			61.869	77.291
Materiais e serviços	2.752	36			2.788	5.830
Prêmio de risco - GSF				15.351	15.351	41.412
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	15.835	70.415	9.086		95.336	194.105
Total	194.088	379.175	226.467	644.537	1.444.267	1.644.111

	Consolidado				31/12/2015	
	31/12/2016					
	2017	2018 a 2019	2020 a 2021	A partir de 2022		
Responsabilidades com locações operacionais	225	267			492	396
Obrigações de compra						
Compra de Energia	21.401	40.468			61.869	77.291
Materiais e serviços	27.856	17.926	3.747		49.529	46.946
Prêmio de risco - GSF				15.623	15.623	42.147
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	15.835	70.415	9.086		95.336	194.105
Total	65.317	129.076	12.833	15.623	222.849	360.885

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2016, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora				31/12/2015	
	31/12/2016					
	2017	2018 a 2019	2020 a 2021	A partir de 2022		
Responsabilidades com locações operacionais	168.323	336.646	336.646	1.851.556	2.693.171	2.861.494
Obrigações de compra						
Compra de Energia	20.081	40.163			60.244	80.371
Materiais e serviços	2.212	30			2.242	4.958
Prêmio de risco - GSF				49.179	49.179	46.219
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	16.609	106.826	20.340		143.775	224.852
Total	207.225	483.665	356.986	1.900.735	2.948.611	3.217.894

	Consolidado				31/12/2015	
	31/12/2016					
	2017	2018 a 2019	2020 a 2021	A partir de 2022		
Responsabilidades com locações operacionais	181	226			407	388
Obrigações de compra						
Compra de Energia	20.081	40.163			60.244	80.371
Materiais e serviços	22.392	15.104	3.469		40.965	40.428
Prêmio de risco - GSF				50.051	50.051	47.039
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	16.609	106.826	20.340		143.775	224.852
Total	59.263	162.319	23.809	50.051	295.442	393.078

31.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Aval de acionista	Seguro de vida			9.390	8.068
Fiança bancária	Ações judiciais	440	285	1.568	920
Fiança corporativa	Debêntures	456.296	456.483	456.296	456.483
Recebíveis	Contrato de arrendamento		20.293		20.293
	Outros	25.693	3.620	25.693	3.670
Notas promissórias	Outros		3.513		3.513
Seguro garantia	Ações judiciais	182	182	5.921	182
Total		482.611	484.376	498.868	493.129

32 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora		Consolidado	
	2016		2015	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	12.002	200.000	12.002	200.000
Usinas	1.042.261	1.042.665		
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	1.462	1.462	1.355	1.355
Transportes (veículos)	1.			